

**Objeto**

Recurso da decisão da Segunda Câmara de Recurso do IHMI de 11 de dezembro de 2014 (processo R 1708/2014-2), relativa a um pedido de registo do sinal figurativo 3D como marca comunitária.

**Dispositivo**

- 1) *É negado provimento ao recurso.*
- 2) *A Olympus Medical Systems Corp. é condenada nas despesas.*

---

<sup>(1)</sup> JO C 118 de 13.04.2015.

---

**Despacho do Tribunal Geral de 8 de dezembro de 2015 –Itália/Comissão**

(Processo T-673/14) <sup>(1)</sup>

**(«Recurso de anulação — Auxílios de Estado — Transporte — Constituição da Airport Handling SpA — Decisão de dar início ao procedimento formal de investigação previsto no artigo 108.º, n.º 2, TFUE — Ato não suscetível de recurso — Medidas de auxílios totalmente executadas na data da interposição do recurso — Inadmissibilidade»)**

(2016/C 059/19)

Língua do processo: italiano

**Partes**

*Recorrente:* República Italiana (representantes: G. Palmieri, agente, assistido por S. Fiorentino e A. de Stefano, avvocati dello Stato)

*Recorrida:* Comissão Europeia (representantes: G. Conte e S. Noë, agentes)

**Objeto**

Pedido de anulação da Decisão C (2014) 4537 final da Comissão, de 9 de julho de 2014, de dar início ao procedimento formal de investigação, nos termos do artigo 108.º, n.º 2, TFUE, relativa à constituição da sociedade Airport Handling [auxílio de Estado SA.21420 (2014/C) (ex 20 14/NN (ex 20 13/PN))

**Dispositivo**

- 1) *O recurso é julgado inadmissível.*
- 2) *A República Italiana é condenada nas despesas.*

---

<sup>(1)</sup> JO C 409 de 17.11.2014.

---

**Despacho do Tribunal Geral de 10 de dezembro de 2015 — Cofely Solelec e o./Parlamento**

(Processo T-224/15) <sup>(1)</sup>

**(«Recurso de anulação — Contratos públicos de empreitada — Processo de concurso público — Rejeição da proposta de um proponente — Retirada do ato impugnado — Inutilidade superveniente da lide»)**

(2016/C 059/20)

Língua do processo: francês

**Partes**

*Recorrente:* Cofely Solelec (Esch-sur-Alzette, Luxemburgo), Mannelli & Associés SA (Bertrange, Luxemburgo) e Cofely Fabricom (Bruxelas, Bélgica) (Representantes: inicialmente V. Elvinger e S. Marx, posteriormente S. Marx, advogados)

Recorrido: Parlamento Europeu (Representantes: L. Chrétien e M. Mraz, agentes)

### Objeto

Pedido de anulação da Decisão n.º 103299 da Direção-Geral das infraestruturas e da logística do Parlamento, de 27 de abril de 2015, que rejeitou a proposta apresentada pelas recorrentes para o lote n.º 75, intitulado «Eletricidade — Correntes fortes», no âmbito do concurso público INLO-D-UPIL-T-14-A04, relativo ao projeto de ampliação e de modernização do edifício Konrad Adenauer (Luxemburgo), e que adjudicou o contrato em causa a outro proponente.

### Dispositivo

- 1) Já não há que decidir do presente recurso.
- 2) O Parlamento Europeu suportará as suas próprias despesas e as despesas da Cofely Solelec, da Mannelli & Associés SA e da Cofely Fabricom

---

<sup>(1)</sup> JO C 205 de 22.6.2015

---

### Despacho do presidente do Tribunal Geral de 17 de dezembro de 2015 — Lysoform Dr. Hans Rosemann e o./ECHA

(Processo T-543/15 R)

**[«Pedido de medidas provisórias — REACH — Disponibilização no mercado e utilização de produtos biocidas — Inscrição de uma sociedade na qualidade de fornecedor de uma substância activa, na lista referida no artigo 95.º do Regulamento (UE) n.º 528/2012 — Pedido de suspensão da execução — Falta de urgência»]**

(2016/C 059/21)

Língua do processo: inglês

### Partes

Recorrentes: Lysoform Dr. Hans Rosemann GmbH (Berlim, Alemanha); Ecolab Deutschland GmbH (Monheim-no-Reno, Alemanha); Schülke & Mayr GmbH (Norderstedt, Alemanha); e Diversey Europe Operations BV (Utreque, Países Baixos) (representantes: K. Van Malgedem, M. Grunchard e P. Sellar, advogados)

Recorrida: Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA) (representantes: C. Buchanan e W. Broere, agentes)

### Objeto

Pedido de suspensão da execução da decisão da ECHA, de 17 de Junho de 2015, relativa à inscrição da sociedade O., na qualidade de fornecedor de uma substância activa, na lista referida no artigo 95.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 528/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio de 2012, relativo à disponibilização no mercado e à utilização de produtos biocidas (JO L 167, p. 1).

### Dispositivo

- 1) O pedido de medidas provisórias é indeferido.
  - 2) Reserva-se para final a decisão quanto às despesas.
-